

AVALIANDO UM PRÉ-VESTIBULAR VOLUNTÁRIO PARA NEGROS POBRES

BRANDÃO, André Augusto - UFF

GT: Afro-brasileiros e Educação / n.21

Agência Financiadora: Fundação FORD

Introdução

As disparidades raciais no que tange aos patamares de escolaridade alcançados pela população brasileira são conhecidas e têm sido divulgadas amplamente nos últimos anos. Não é difícil deduzir que esta desigualdade condiciona outras subseqüentes no mercado de trabalho, principalmente porque as disparidades são progressivamente maiores quanto mais subimos na hierarquia dos níveis de formação.

Como mostra o trabalho de HENRIQUES (2001) em fins dos anos 1990 a diferença de anos de escolaridade média entre um negro e um branco, ambos com 25 anos de idade, era de 2,3 anos de estudo; o que corresponde a uma elevada desigualdade na medida em que a média de escolaridade dos adultos em geral no Brasil não ultrapassa os 6 anos.

O mais significativo, porém, é que tal padrão de desigualdade nos anos médios de estudo tem se mantido estável há décadas. HENRIQUES (2001), verifica que, tomando os nascidos em 1929 e os nascidos em 1974 e os desagregando entre os grupos branco e negro, encontramos uma situação onde “... a escolaridade média de ambas as raças cresce ao longo do século, mas o padrão de discriminação racial, expresso pelos anos de escolaridade entre brancos e negros, mantém-se absolutamente estável entre as gerações” (HENRIQUES, 2001:27).

HENRIQUES (2001) nos mostra ainda que, se tomarmos o ano de 1999, em todos os índices ligados à escolarização, a população negra apresenta performances inferiores à população branca. Vejamos as duas pontas da escolaridade. Os analfabetos maiores de 15 anos no Brasil correspondiam em 1999 a uma taxa de 13,3%; para os brancos a mesma taxa era de 8,3% e para os negros de 19,8%. Já o ingresso ao ensino superior era alcançado por somente 7,1% dos brasileiros entre 18 e 25 anos, mas entre os brancos nesta faixa de idade o acesso à universidade chegava a 11,2%, enquanto que entre os negros não passava de 2,3%.

Em torno deste problema, nos anos 1990 surgem movimentos voluntários da sociedade civil, em geral relacionados com parcelas no movimento negro, que implantam pré-vestibulares para a população negra e pobre. Este formato de pré-vestibular ficou conhecido como PVNC ou “Pré-vestibular para negros e carentes”.

O PVNC em verdade se constitui como um movimento em rede que congrega atualmente dezenas de cursos de pré-vestibular espalhados pela Metrópole do Rio de Janeiro que são denominados como núcleos.

As origens do PVNC remontam ao ano de 1993, quando na Baixada Fluminense um grupo de educadores, em sua maioria ligados ao movimento negro, resolveu atuar contra as dificuldades de acesso ao ensino superior das parcelas racialmente discriminadas. Esta idéia nasce de reflexões previamente elaboradas pela “Pastoral do Negro” que nos anos de 1989 e 1992 organizou encontros em vários estados para discutir a questão do acesso de negros e mestiços ao ensino superior. O primeiro núcleo do PVNC começou a funcionar em junho de 1993 em duas salas da Igreja Matriz de São João de Meriti-RJ.

O aparecimento destas ações podem ser agrupadas no campo dos processos de proteção social desenvolvidos a partir do princípio da solidariedade. As possibilidades de agregação dos grupos populacionais em torno de estratégias coletivas para o alcance de melhorias em suas condições de sobrevivência e bem-estar, estão em constante mutação. Assim, os pré-vestibulares para a população negra, mantidos através de trabalho voluntário, representam um novo formato de iniciativa de proteção social, construída pela sociedade civil, focalizando um grupo racial específico.

Este artigo é o resultado de uma pesquisa que teve como *locus* de realização o Núcleo do PVNC que funciona em São Gonçalo-RJ. Estaremos aqui apresentando um perfil dos alunos que compõem as turmas dos anos de 2001, 2002 e 2003. Em seguida discutimos como alguns destes indivíduos se colocam subjetivamente frente à possibilidade de ingresso no ensino superior através da política de cotas em vigor na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que inclusive mantém um campus no próprio município de São Gonçalo. Por último fazemos uma análise quantitativa acerca das performances dos alunos nos concursos vestibulares realizados nos anos de 2001, 2002 e 2003 (respectivamente para ingresso no ensino superior em 2002, 2003 e 2004).

Algumas dificuldades vividas no cotidiano da pesquisa produziram uma situação na qual as variáveis pesquisadas em 2002 abarcam um conjunto menor de dados do que aquelas pesquisadas em 2001 e 2003. Assim, várias tabelas abaixo somente se referem a dois anos, enquanto outras se referem a três anos e mesmo duas tabelas somente expressam dados de 2003 (relativos à ocupação dos pais dos alunos). De qualquer forma estas diferenças estão explicitadas no título de cada tabela.

Iniciamos esta pesquisa em fins de 2001, quando somente 19 alunos ainda freqüentavam aquele espaço. Neste sentido os dados que são apresentados abaixo expressam a situação de 19 alunos de 2001, 93 alunos de 2002 e 127 alunos de 2003.

Como vemos na tabela 1 a grande maioria dos alunos que freqüentam o núcleo do PVNC são mulheres. Este dado indica que os homens negros mais pobres tendem a abandonar os estudos antes das mulheres, para buscar o ingresso no mercado de trabalho. Vale ressaltar que na pesquisa realizada por BRANDÃO e POLI (2003) verificamos que na UFF, por exemplo, o número de alunas do sexo feminino em 2003 ultrapassava os 60%.

Tabela 1 – Percentual de alunos do PVNC das turmas de 2001, 2002 e 2003 por sexo.

Sexo	%
Masculino	25,52
Feminino	74,48
Total	100,00

Como vemos na tabela 2, pouco mais de 50% dos alunos estão compreendidos na faixa etária que vai dos 16 aos 20 anos. Na medida em que vamos avançando nas faixas de idade o número de alunos diminui.

Tabela 2 – Percentual de alunos do PVNC das turmas de 2001 e 2003 por faixa etária.

Idade	%
16-20	54,12
21-25	22,6
26-30	12,33
31-35	4,11
36-40	1,37
acima de 40	4,79
não informou	0,68

Total	100,00
-------	--------

No que tange ao estado civil, podemos verificar na tabela 3 que a grande maioria dos estudantes são solteiros. No entanto um número não inexpressivo de alunos se encontram casados (14,38%).

Tabela 3 – Percentual de alunos do PVNC por estado civil em 2001 e 2003

Estado civil	%
Solteiro	83,57
Casado	14,38
Divorciado	1,37
Não informou	0,68
Total	100,00

A maioria dos alunos não está fazendo o vestibular ao término do Ensino Médio ou tentou e não passou (o que chega a cerca de 68% do total). Este dado indica uma situação na qual grande parte dos alunos ou adiou a tentativa de ingresso no ensino superior ou não conseguiu tal ingresso em vestibulares anteriores.

Tabela 4 – Percentual de alunos do PVNC das turmas de 2001, 2002 e 2003 por escolaridade.

Escolaridade	%
Ensino médio incompleto	33,47
Ensino médio completo	58,58
Ensino superior incompleto	1,67
Ensino superior completo	0,42
Não informou	5,86
Total	100,00

Como podemos verificar na tabela abaixo, a imensa maioria dos alunos é proveniente das escolas da rede de ensino público (84,93%). Apenas 19 dos 239 estudaram exclusivamente em escolas privadas regulares.

Tabela 5 – Percentual de alunos do PVNC das turmas de 2001, 2002 e 2003 por tipo de escola onde realizou o ensino médio.

Trajetória escolar	%
Esc.pública	84,93
Esc.privada	7,95
Esc. pública e privada	1,67
Supletivo público	1,67
Supletivo privado	1,26
Não informou	2,51
Total	100,00

A tabela abaixo expõe as intenções dos alunos de ingresso em um curso superior. Como podemos observar, 54% escolheram a área de humanas e sociais aplicadas, 33% a área de saúde e biológica e somente cerca de 13% optaram pela área tecnológica. Este resultado mostra que parte importante dos alunos do PVNC buscam o ingresso no ensino superior preferencialmente nas carreiras menos disputadas no concurso vestibular.

Tabela 6 – Percentual de Alunos do PVNC das turmas de 2001, 2002 e 2003 por área de curso superior pretendido.

Opção de curso por área	%
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	54,00
Tecnológica	13,00
Saúde e Biológica	33,00
Total	100,00

Na tabela abaixo vemos as respostas dadas pelos alunos à pergunta aberta sobre cor ou raça. Apesar de encontrarmos 14 denominações, nada menos que 81,50% dos alunos se colocam em somente três classificações (parda, negra e branca). É interessante notar que os auto-declarados brancos representam 23,97% dos alunos deste núcleo do PVNC considerando as turmas de 2001 e 2003. A presença de um número muito maior de auto-declarados negros do que de auto-declarados pretos provavelmente se relaciona com a especificidade terminológica do PVNC que se encontra expressa em sua própria denominação. Por outro lado, termos classificatórios freqüentemente utilizados no âmbito do movimento negro, tais como afro-descendente ou afro-brasileiro são pouco muito utilizados aqui.

Tabela 7 – Percentual de alunos do PVNC das turmas de 2001 e 2003 por auto-declaração de cor aberta.

Cor ou raça	%
Parda	28,08
Negra	29,45
Branca	23,97
Preta	1,37
Morena	3,42
Morena Clara	1,37
Mista	0,68
Afro-descendente	0,68
Afro-brasileira	0,68
Mestiça	2,05
Amarela	1,37
Mulata	0,68
Mulata Clara	0,68
Raça Humana	1,37
Não informou	4,11
Total	100,00

Quando comparamos as tabelas 8 e 9 verificamos que a pergunta fechada de cor ou raça acaba promovendo um “embranquecimento” e uma “pardização” nas auto-declarações. De início podemos observar que enquanto 29,45% dos alunos se declaram negros, somente 24,66% se declaram pretos. Por outro lado, na pergunta fechada, os pardos passam a ser 38,36% dos alunos, enquanto na pergunta aberta eram 28,08%. É possível intuir que este crescimento dos pardos se deva a migração de negros e daqueles que se incluíram em categorias como afro-descendente, afro-brasileiro, mulato, mulato claro e mestiço.

Tabela 8 – Percentual de alunos do PVNC das turmas de 2001 e 2003 por auto-declaração de cor segundo as categorias do IBGE.

Cor ou raça	%
Pardo	38,36
Preto	24,66
Branco	31,51
Indígena	0,68

Amarela	0,68
Não informou	4,11
Total	100

Analisando a tabela 10 podemos observar que apesar de 66,94% dos alunos não trabalharem, ainda temos cerca de 32% que trabalham ao mesmo tempo em que se mantêm estudando.

Tabela 9 – Percentual de alunos do PVNC das turmas de 2001, 2002 e 2003 por condição de trabalho durante a realização do pré-vestibular .

Condição de trabalho	%
Sim	32,22
Não	66,94
Não informou	0,84
Total	100

Como verificamos na tabela 10, grande parte dos alunos daquele núcleo do PVNC atuam em ocupações desqualificadas. Encontramos cerca de 20% dos alunos em atividades como serviço doméstico, manicure, caseiro, serviços gerais e ambulante.

Tabela 10 – Percentual de alunos do PVNC das turmas de 2001, 2002 e 2003 que trabalhavam, por ocupação.

Ocupação	%
Estagiário	2,60
Auxiliar de enfermagem	6,49
Gráfico	2,60
Soldado do exército	1,30
Recepcionista em escritório	11,69
Professora	11,69
Artesão	2,60
Empregado doméstico	7,79
Comerciário	7,79
Telemarketing	2,60
Manicure	3,90
Auxiliar administrativo	6,49
Corretor de imóveis	1,30

Ajudante de mecânico	1,30
Assistente administrativo	2,60
Caseiro	1,30
Funcionário de creche	2,60
Funcionário de Biblioteca	1,30
Serviços gerais	5,19
Secretária	1,30
Autônomo	6,49
Corretor de seguros	1,30
Ambulante	1,30
Não informou	6,49
Total	100,00

A tabela 12 nos mostra que cerca de 74% dos alunos que trabalham, recebem até 2 salários mínimos mensais, ou seja a grande maioria dos alunos recebem salários extremamente baixos, o que se relaciona com as ocupações em que atuam.

Tabela 11 – Percentual de alunos do PVNC das turmas de 2001, 2002 e 2003 que trabalhavam por renda individual em salários mínimos.

Salários mínimos	%
Menos de 1 salário mínimo	15,58
1 a 2 salários mínimos	58,44
2 a 5 salários mínimos	16,88
Não informou	9,09
Total	100,00

Podemos observar na tabela abaixo que a renda familiar *per capita* da maioria dos alunos é muito baixa. Somente 2,51% destes estão em famílias com renda *per capita* acima de 2 salários mínimos mensais.

Tabela 12 – Alunos do PVNC das turmas de 2001, 2002 e 2003 por renda familiar *per capita* em salários mínimos.

Renda familiar <i>per capita</i>	%
Até 1/2 salário mínimo	31,39
1/2 a 1 salário mínimo	41,84

1a 2 salários mínimos	13,38
Acima de 2 salários mínimos	2,51
Não informou	10,88
Total	100,00

Se agregarmos as ocupações dos pais dos alunos da turma de 2003 segundo a classificação produzida por Ribeiro (2000), encontraremos uma situação na qual somente 4,23% destes poderiam ser classificados como classe média. Entre os proletários do secundário e do terciário estariam 57,04% destes pais. Além disto 4,23% estariam no subproletariado que agrupa ocupações como empregados domésticos e camelôs. No que tange as mães de alunos que exercem atividade remunerada encontramos uma tendência diferenciada, pois nada menos que 35,96% destas se encontram no subproletariado. Entre as mães não encontramos proletárias do secundário, embora 28,09% sejam proletárias do terciário.

Tabela 13 – Alunos do PVNC da turma de 2003, por ocupação do pai segundo as categorias de Ribeiro (2000).

Profissão do Pai	%
Elite dirigente	0,00
Elite intelectual	0,00
Classe-média	4,23
Proletário do secundário	26,76
Proletário do terciário	30,28
Subproletário	4,23
Aposentados	8,45
Desempregados	2,82
Não Informou	20,42
Outros	2,82
Total	100,00

Tabela 14 – Alunos do PVNC da turma de 2003, por ocupação da mãe segundo as categorias de Ribeiro (2000).

Profissão da mãe	%
Elite dirigente	0,00
Elite intelectual	0,00

Classe-média	8,99
Proletário do secundário	0,00
Proletário do terciário	28,09
Subproletário	35,96
Aposentados	7,87
Desempregados	3,37
Não Informou	15,73
Outros	0,00
Total	100,00

O que observamos na tabela sobre renda familiar *per capita* é também um reflexo do que as tabelas abaixo nos mostram. O nível de escolaridade da maioria dos pais dos alunos do PVNC (cerca de 46%) é o ensino fundamental incompleto.

Entre as mães a pouca escolaridade é ainda mais acentuada. Nada menos que 50,00% destas não chegaram a concluir o ensino fundamental.

Tabela 15 – Alunos do PVNC das turmas de 2001 e 2003 por escolaridade do pai.

Escolaridade do Pai	%
Ensino Fundamental Incompleto	46,58
Ensino Fundamental Completo	8,22
Ensino Médio Incompleto	7,53
Ensino Médio Completo	21,23
Ensino Superior Incompleto	2,06
Ensino Superior Completo	3,42
Não Informou	10,96
Total	100,00

Tabela 16 – Alunos do PVNC das turmas de 2001 e 2003 por escolaridade da mãe.

Escolaridade da Mãe	%
Ensino Fundamental Incompleto	50,00
Ensino Fundamental Completo	11,64
Ensino Médio Incompleto	10,28
Ensino Médio Completo	16,44
Ensino Superior Incompleto	0,68
Ensino Superior Completo	1,37
Não Informou	9,59

Total	100,00
-------	--------

Por fim não é difícil verificar que estes alunos do núcleo do PVNC investigado, em grande maioria pretos e pardos, se caracterizam por um lado pela pobreza, e por outro por não possuírem aquilo que Bourdieu (1998) denomina como “capital cultural em estado incorporado”. Mais especificamente estamos afirmando que estes são não somente oriundos de famílias pobres que se reproduzem com baixa renda *per capita*; mas que também são filhos de pais pouco escolarizados e que, portanto não acumularam na vida familiar saberes e modos de agir que são fundamentais para a trajetória escolar dos indivíduos em sociedades hierarquizadas com a nossa.

Apesar destas características, estes alunos estão procurando alternativas para romper a barreira da “ordem das coisas” (Bourdieu, 1998a) e ingressar na universidade. Neste momento de preparação para o rito de passagem que o vestibular representa, discutir a partir das perspectivas destes alunos a questão das cotas para negros e alunos de escolas públicas em vigor na UERJ talvez seja uma interessante forma de verificar como os próprios interessados se enredam na confusa teia de significados e sentidos que encobre a operação e reprodução de nossa tão peculiar ordem racial.

2 - Discursos sobre o mérito entre alunos do PVNC

2.1 - Sobre cotas e méritos

Entre os meses de abril e julho de 2003 realizamos entrevistas em profundidade com alunos do núcleo do PVNC por nós investigado. Escolhemos quatro entrevistas para serem comentadas aqui. Todos estes se declararam pretos ou pardos na pergunta fechada sobre cor ou raça. Vejamos o que estes alunos¹ pensam sobre a questão das cotas.

2.1.1

A aluna Mara tem 25 anos, é solteira e reside com seus pais em São Gonçalo-RJ. Sua mãe é auxiliar de serviços gerais e chegou a 6ª série do ensino fundamental, enquanto seu pai que é carpinteiro parou sua trajetória escolar três séries

¹ Os nomes dos alunos foram trocados para evitar sua identificação.

antes. Toda sua escolarização foi realizada em escolas públicas do município onde mora.

Mara concluiu o Ensino Médio em 1997 com 19 anos. A partir daí vem tentando o vestibular, sempre se preparando através de cursos de pré-vestibular gratuitos. Ela não trabalha no momento e se classifica como desempregada. Desde o término do ensino médio Mara alternou trabalhos temporários em uma locadora de vídeos, em uma agência de turismo e numa empresa que elabora pesquisas de opinião.

Mara pretende prestar vestibular para a UFF, para a UFRJ e para a UERJ. No entanto ela se referiu de forma particular a UERJ, mesmo antes de termos introduzido na entrevista a questão das cotas. Vejamos:

“(...) Na verdade a UERJ, eu vou tentar por obrigação. Por quê? Por que eu já não sou negra?! Eu não tenho a cota lá?! Não vai me ajudar?! Sabe, eu não posso ser uma pessoa honrada a vida toda. Eu não posso dizer: Ah não, esse negócio de cota eu não quero! Que não quero cota o quê!? Não me ajuda a passar? É claro que eu vou prestar pra UERJ. Vou, vou prestar sim!”

Mara, que se auto-declara “preta”, após ter prestados vários vestibulares sem sucesso, afirma que vai deixar de ser uma “pessoa honrada” e tentará alcançar uma vaga na UERJ através da política de cotas. Para ela parece existir algo incorreto nesta forma de ingresso alternativo. Talvez seja mesmo a própria idéia de mérito que esteja por trás do discurso desta aluna do PVNC. A cota, porque burlaria a forma de entrada “normal” ou “típica” nas universidades, seria desonesta. Muito embora ela saiba que precisa utilizar este expediente para ter mais chances de sucesso em sua empreitada.

Na medida em que a idéia de mérito em abstrato é tomada como elemento que esconde diferenças sociais e injustiças acumuladas, sua disseminação no corpo da sociedade atinge a todos, mesmo aqueles que são exatamente as vítimas da operação do racismo que produz estas diferenças e condiciona as injustiças.

Apesar de fazer uma defesa algo “constrangida”, Mara é favorável às cotas para negros desde que aliadas à melhoria do ensino fundamental e médio. Mas sabe que

teríamos que esperar muito para que esta melhoria da escola básica se processasse e enquanto isto as cotas devem existir para responder aos negros que já concluíram o ensino médio.

A aluna, no entanto, oscila nas suas avaliações sobre a política. Mara teme que o ingresso na UERJ pela via de uma política de cotas a deixe em destaque e por isso demonstra um certo receio relativo a forma como os outros estudantes a tratariam.

“(...) você passa com ajuda da cota, mas você estudou. Você sabe, você pode, mas você é negro. Aí você entra, aí aparece um aluno de lá, fulaninho de tal, que é branquinho, bonitinho que estudou no GPI, que se sente ameaçado, né? Aí te lança uma piadinha, uma gracinha! (...)”

Nesta fala de Mara a questão do mérito e da discriminação aparecem com força. Mara afirma que mesmo que um determinado aluno negro passe no vestibular por seu mérito individual, o fato de ter disputado através da cota o deixara marcado como alguém que precisou de meios especiais para chegar a universidade e que, portanto nunca será pensado como alguém que tem direito de estar ali. E quem pode lançar uma “gracinha” em direção a este aluno negro? O aluno “branquinho, bonitinho”, oriundo de uma instituição privada de ensino médio que será sempre tomado como alguém que teve mérito para passar no vestibular e sentar nos bancos da universidade.

2.1.2

Bia tem 17 anos de idade, é solteira e não tem filhos. Ela se auto-classifica como preta. Reside com sua mãe em São Gonçalo, em um terreno condenado pela Defesa Civil porque pode desabar a qualquer momento.

Sua mãe que concluiu o ensino fundamental é faxineira e manicure. Seu pai já faleceu, atuava como contador e havia terminado o ensino médio profissionalizante. Bia, por sua vez, trabalha como secretária num escritório de advocacia, mas antes disto vendia roupas íntimas entre os amigos e conhecidos.

Depois da morte do pai há dois anos a família passou por várias dificuldades econômicas e até hoje recebem uma cesta básica da igreja evangélica que ela e a mãe freqüentam.

Bia esta concluindo em 2003 o ensino médio em um colégio público. No entanto até o fim do primeiro segmento do ensino fundamental, Bia estudou em uma instituição privada.

Ela concorda com a política de cotas, por percebê-la como uma vantagem, em que será beneficiada. Mas, ao mesmo tempo, não quer ser alvo de comentários ou ficar em evidência. Não gostaria que os demais alunos duvidassem de suas “potencialidades”. Por isso afirma que prefere ingressar na universidade por seus “próprios méritos”.

“Mas por outro lado eu fico pensando: vá que eu passe pelas cotas e chegue um rapaz, uma pessoa de cor branca e fale: ah, você só entrou por causa de cota. Aí eu fico pensando: ah não, eu gostaria de entrar do mesmo modo que ele entrou. Senão, eu vou passar só por causa das cotas e não porque eu tive capacidade de passar igual a ele, né?”

Embora Bia em vários momentos da entrevista expresse uma nítida percepção da discriminação a que ela e seu grupo racial são submetidos, não consegue detectar os efeitos desta discriminação na vida concreta da população negra. Na sua fala citada acima Bia parece, da mesma forma que Mara expressar o receio de serem apontadas pelos brancos, como alunas das cotas e sofrerem, por isso mais uma discriminação. Por este motivo, Bia prefere outras alternativas também já apontadas por seus colegas, a saber: a melhoria na qualidade da escola fundamental e média e cotas para oriundos de escolas públicas.

É interessante verificar que Bia não teme ser apontada como beneficiária da cota para os egressos do ensino público. É como se a condição de pobreza fosse uma forte justificativa para o tratamento diferenciado no ingresso a universidade, enquanto que a cor ou raça não tivesse tal força.

Em última instância o que Bia está nos dizendo que a marca da pobreza e a discriminação por ser pobre é menor ou pelo menos traz menos sofrimento e constrangimento do que a marca da negritude e a discriminação por se negra. Por isso aponta uma alternativa de política de cota que – na sua opinião – acabaria por privilegiar os negros sem, no entanto, nomeá-los.

2.1.3

Ana tem 31 anos de idade e se autodeclara preta. Mora em São Gonçalo e encontra-se há dois meses separada de seu marido. Divide a sua residência com duas filhas, uma de 11 anos e outra de 6 anos. O terreno onde mora é de sua família, que também ocupa aquele espaço.

O pai de Ana completou o ensino médio e está empregado atualmente como gari. A sua mãe concluiu apenas o ensino fundamental e no momento está desempregada.

Toda a sua trajetória escolar foi realizada em escolas públicas. Concluiu o ensino médio em 1991, quando tinha 19 anos de idade. No entanto trabalha desde os 17 anos. Nestes 14 anos de trabalho acumulou ocupações marcadas pela desqualificação e por baixos salários. Atualmente trabalha em uma creche comunitária próxima de sua casa.

Entre 1991, ano em que finalizou o ensino médio e 2002, Ana não tentou ingressar na universidade. Somente neste último ano prestou vestibular para a UERJ, através das cotas e não obteve sucesso. Em 2003 tentará não somente a UERJ, como também UFRJ, desde que consiga isenção da taxa de matrícula. Na UFF não pode solicitar a isenção, pois no período estava sem dinheiro até mesmo para arcar com as despesas relativas às cópias dos documentos necessários à solicitação e para se deslocar para outro município.

No vestibular da UERJ de 2003 Ana vai novamente se apoiar na política de cotas, mas não acha que esta política possa ser eficaz. Seu argumento é que aqui não existiriam verdadeiros brancos ou negros, o que faz com que qualquer indivíduo possa se beneficiar das cotas. Como afirma: “O Brasil é um país miscigenado, já tá tudo misturado!”.

Neste ponto, frente à constatação pessoal de que as cotas para negros na universidade não poderiam funcionar, Ana passa a desenvolver a idéia de que somente depende do próprio indivíduo negro a possibilidade de mudança da sua situação. Os

negros não deveriam se abater frente as “dificuldades”: “(…) mas tem pessoas que logo com o primeiro tombo, levantam, não olham nem pra trás e não quer saber de mais nada. Eu acho que a pessoa tem que tentar sim, levantar, sacudir a poeira e dar a volta por cima.”

Ana parece ter assimilado de forma bastante forte a noção tão cara ao pensamento liberal clássico e contemporâneo que aponta o indivíduo como responsável por seus sucessos ou fracassos. Ao fim, esta noção parece ser mais presente nas representações de Ana do que a própria avaliação que poderia estabelecer de sua trajetória de vida como negra.

A posição de Ana sobre a política de cotas é dúbia. Teme que esta aprofunde a difusão de uma avaliação negativa e desqualificante sobre os negros. Ela também demonstra o medo de ser apontada e discriminada, somente por ser negra, mesmo que não tenha usado a política de cotas.

“(…) que fica uma coisa assim chata, por exemplo, por ser negro; vamos supor: eu fiz UERJ e UFRJ, aí fica esse negócio de cotas. Aí às vezes tem um branquinho na fila, sempre joga piadinha: ah, aquele ali veio através de cota. Ele nem sabe do meu procedimento, de onde eu vim (…).”

Ana parece estar intensamente influenciada pelas noções que se encontram circulando na sociedade sobre esta questão. O receio de Ana corresponde à dificuldade de negar definitivamente o abstrato princípio do mérito individual. Em sua avaliação os alunos que ingressariam na universidade pelas cotas carregariam a marca de terem burlado o esquema do mérito. E esta marca poderia recair sobre todos os negros tenham ou não lançado mão da política.

2.1.4

Paulo tem 24 anos, se autodeclara preto e mora em São Gonçalo. Sua mãe não trabalha e seu pai é comerciário. Não sabe a escolaridade da mãe, mas seu pai concluiu o ensino fundamental. Paulo trabalha desde os 16 anos de idade. Foi camelô e depois servente. No momento da entrevista estava desempregado.

Estudou toda a vida em escolas públicas e teve uma trajetória acidentada. Passou 11 anos para completar o ensino fundamental. Terminou o ensino médio no ano 2000, mas somente prestou o vestibular em 2001, mesmo ano em que ingressou no PVNC. Como não conseguiu passar, se mantém desde então realizando o curso.

Em 2002 Paulo não tentou o vestibular da UERJ pela cota relativa aos negros por desinformação. Já neste ano de 2003 vai tentar. Apesar disto, Paulo acha que a política de cotas é suficiente somente para resolver o problema de acesso dos negros, mas não os problemas da educação no Brasil. Assim, concorda com a política, mas teme que esta encubra os problemas da escola básica.

Paulo, também expressa o mesmo receio que outros entrevistados: de que as cotas criem uma “espécie de *apartheid*” dentro da universidade. Além disto acredita que os alunos da cota serão sempre mais cobrados e vigiados em suas notas do que os demais alunos.

“(...) você entrou pela política de cotas, quer dizer o cara que entrou pela política imediatamente tem que pensar: se entrei pela cotas eu não posso chegar aqui e relaxar, eu tenho que me destacar, estudar bastante. O negro tem logo que se destacar, pois depois os colegas vão cobrar dele.”

Para Paulo, porém, estas dificuldades, preconceitos e discriminações devem ser tomadas pelos negros como incentivo para conquistar espaço e avançar. Paulo faz da necessidade virtude. Como seus colegas, intui que os negros que ingressarem na universidade pelas cotas poderão ser tomados pelos brancos como não merecedores da vaga que ocupam. Para não confirmar esta avaliação discriminatória, restaria a este grupo superar suas dificuldades individuais e mostrar ao fim seu mérito.

2.2 – Idéias fora do lugar ou lugares sem idéias

Estes jovens da periferia da Metrópole do Rio de Janeiro inseridos em um núcleo do PVNC, apesar de todas as dificuldades materiais que atravessam estão procurando alcançar a universidade pública.

Submersos nas redes ideológicas que caracterizam a ordem racial brasileira, que nega o racismo e afirma a existência de uma falsa democracia racial, estes alunos olham para a política de cotas para negros com esperança e medo. Pairem sobre suas cabeças a ideologia do mérito que acompanha os processos de operação política das sociedades capitalistas (BRANDÃO, 1991). O medo de subverter a noção tão abstrata e inconsistente de mérito se alia entre estes jovens ao medo de serem mais uma vez vítimas das discriminações que marcaram suas vidas.

No momento da preparação para o vestibular e frente à possibilidade de participar de uma iniciativa de política de cotas estes alunos apresentam muitas dúvidas, mas todos lançarão mão do direito que a lei estadual lhes garantiu e tentarão no vestibular de 2003 esta forma de acesso.

Não podemos deixar aqui de nos remeter a noção de “discriminação por impacto desproporcional” (GOMES, 2000). Esta não seria o produto de ações concretas e nítidas, mas da operação de práticas administrativas ou de políticas públicas que se apresentam como neutras, mas produzem ao fim efeitos discriminatórios. Tal discriminação é pródiga na reprodução das desigualdades que se originam historicamente.

O vestibular representa diretamente esta noção. No mesmo dia e na mesma hora, são colocados muitas vezes lado a lado, agentes sociais que por conta de processos sócio-históricos que se abatem sobre a individualidade, carregam quantidades absolutamente desiguais de capital cultural. A estes agentes é apresentada a mesma prova. O resultado desta disputa é óbvio e as estatísticas oficiais têm mostrado isto.

A população negra que em muito maior medida que a branca frequenta escolas desqualificadas e pouco produtivas, além de conviver mais profundamente e mais frequentemente com a pobreza e a destituição e enfrentar o racismo no cotidiano escolar desde o início de sua trajetória educativa, tende a sair perdedora nesta disputa. E apesar de tudo isto o vestibular é afirmado como uma forma de seleção que opera a partir do mérito individual.

Por isto o vestibular constitui um ótimo exemplo daquilo que GOMES (2000) denomina como a forma mais perversa de discriminação. A “discriminação por impacto desproporcional” dissimulada e encoberta pelo também abstrato conceito de igualdade perante a lei, reproduz os efeitos do racismo e da discriminação racial.

A oportunidade e a necessidade das políticas de ação afirmativa e das políticas de cotas para ingresso na universidade se colocam com força se de fato

desejamos avançar na construção de um país que ao se refletir criticamente ultrapassa o plano dos mitos e dos ideais por mais que estes possam ser belos e românticos.

O mito da democracia racial opera de fato como uma ideologia no sentido mais clássico do termo, ou seja, como uma máscara que encobre a realidade das relações raciais no Brasil. É este mito, bem como o princípio liberal do mérito, que confundem os alunos por nós entrevistados.

A afirmação de uma não polarização nas categorias raciais utilizadas pelos brasileiros para se representarem na vida social embora marque nossas diferenças em relação a outras sociedades, não impede que pretos, negros, pardos, mulatos, mestiços e etc estejam muito distantes sócio-economicamente dos brancos e sejam alvo de discriminações cotidianas. O que estamos afirmando é que esta “despolarização racial” da forma como nos pensamos é somente virtual quando avaliamos os seus efeitos.

Os alunos com os quais desenvolvemos contatos mais aprofundados, em sua grande maioria não conseguem elaborar um posicionamento crítico em relação ao conjunto de elementos que são utilizados como negação à importância e necessidade de políticas de ação afirmativa para negros no Brasil. E isto ocorre embora o núcleo do PVNC onde estudam mantenha uma disciplina intitulada “Cultura e Cidadania”, que se volta para questões políticas e sociais mais gerais.

O PVNC como uma rede que se originou também do movimento negro deve trabalhar incessantemente esta discussão com seus alunos, para que estes possam superar as cortinas de fumaça dos mitos do mérito e da democracia racial e busquem seus direitos de cabeça erguida, sabendo que estão trilhando um caminho que foi pavimentado com muito arrojo e determinação por outros negros que lutaram e ainda lutam corajosa e firmemente.

3 – Os resultados alcançados pelos alunos

Como já afirmamos, iniciamos nossa pesquisa em novembro de 2001. Neste ano o referido núcleo do PVNC havia matriculado no início de suas atividades 40 alunos, no entanto em novembro encontramos somente 19 alunos freqüentando as aulas. Destes 19 alunos somente 11 se mantiveram até a última semana de aula. Destes, somente 8 realizaram o vestibular deste ano e somente 1 foi aprovado. Este aluno prestou vestibular para veterinária na UFRJ e não passou, no entanto tentou zootecnia na UFRRJ e obteve aprovação.

Em 2002 iniciamos nossa pesquisa logo após o início das atividades do PVNC. Encontramos 93 alunos matriculados e divididos em 2 turmas. Chegaram ao final do curso 38 alunos. Destes, 27 tentaram o vestibular. Somente 6 alunos conseguiram aprovação em universidades públicas. No entanto 1 dentre estes 27 não concorreu para universidades públicas mas sim para uma universidade privada e obteve aprovação.

No que tange ao ano de 2003, também iniciamos nossa investigação no início das atividades daquele núcleo do PVNC. Encontramos então 127 alunos matriculados e divididos em 4 turmas. Na última semana de aula ainda frequentavam o núcleo 75 alunos. Destes, 69 fizeram o vestibular e 11 conseguiram aprovação para instituições públicas.

Tabela 23 – Performance das turmas de 2001, 2002 e 2003.

Turmas	inscrit.	frequentaram até o final	% de evasão	fizeram vestibular	% dos que fizeram vestibular	aprov. para inst. publ.	% aprov. inst. publ.	aprov. para inst. privadas	% aprov. para inst. privadas
2001	40	11	72,50%	8	20,00%	1	2,50%	0	0,00%
2002	93	38	59,14%	27	29,03%	6	6,45%	1	1,07%
2003	127	75	59,05%	69	54,33%	11	8,66%	0	0,00%
TOTAL	260	124	52,30%	104	40,00%	18	6,92%	1	0,38%

Do total de 260 alunos matriculados no início das atividades dos três anos, somente 104 realizaram o concurso vestibular para pelo menos uma instituição de ensino ao fim do ano respectivo de entrada no PVNC. Neste sentido, somente 83,87% dos que chegaram ao final do curso pré-vestibular realizaram o vestibular naqueles três anos.

Vale ressaltar que do total de 104 alunos que realizaram o vestibular nada menos que 89 eram do sexo feminino. No mesmo movimento, entre os 18 aprovados para instituições públicas encontramos somente 1 homem..

De fato, entre os 124 alunos que se mantiveram até o final do pré-vestibular nas turmas de 2001, 2002 e 2003, encontramos 102 mulheres e somente 22 homens.

No total somente 19 dos 104 alunos que realizaram o vestibular conseguiram acessar o ensino superior. Destes somente 1 aluno cursa hoje uma instituição privada de ensino. Este concorreu para “psicologia” na Universidade Estácio de Sá.

Os demais 18 alunos que conseguiram aprovação, tentaram o vestibular para uma ou mais instituições públicas situadas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

(UFF, UFRJ, UERJ-Campus Maracanã, UERJ-Campus São Gonçalo, UNIRIO e UFRRJ).

Estes 18 alunos que foram aprovados alcançaram os seguintes cursos e instituições:

Tabela 24 – Cursos para os quais os alunos foram aprovados

Instituição / Curso	Nº
UFF – Serviço Social	2
UFF – Economia	1
UFF – Biblioteconomia	1
UFF – Pedagogia	2
UFF – Letras	1
UERJ Maracanã – Enfermagem	1
UERJ Maracanã – Serviço Social	1
UERJ São Gonçalo – História	2
UERJ São Gonçalo – Geografia	1
UERJ São Gonçalo – Química	1
UERJ São Gonçalo – Letras	1
UERJ São Gonçalo – Pedagogia	2
UFRRJ – Zootecnia	1
UFRRJ – Economia	1
TOTAL	18

Como vemos as aprovações se concentram em cursos da área de humanas (15). O aluno que alcançou o curso de química na UERJ na verdade concorreu a um curso de licenciatura e sem bacharelado. Cursos tradicionalmente considerados como de maior prestígio social (como medicina, direito e engenharia) não foram alcançados pelos agentes sociais investigados nesta pesquisa.

Vale ressaltar que dos 9 alunos que conseguiram aprovação para a UERJ, 8 o fizeram por meio da política de cotas para negros implantada naquela universidade no vestibular de 2003 e um destes, exatamente o que conseguiu aprovação em Enfermagem encontrava-se com a matrícula trancada no momento em que foi contactado em nossa pesquisa. Neste sentido devemos lembrar que dos 18 aprovados para instituições públicas, nada menos que 44,44% utilizaram a política de cotas para negros da UERJ.

Os alunos que tentaram o vestibular e não obtiveram aprovação, em alguns casos se inscreveram para mais de um curso. A listagem a seguir expressa o conjunto das opções destes alunos: Publicidade, Letras, História, Pedagogia, Enfermagem, Belas Artes, Informática, Administração, Serviço Social, Química, Psicologia, Produção Cultural, Matemática, Turismo, Comunicação Social, Direito, Ciências Biológicas,

Nutrição, Veterinária, Ciências Sociais, Biblioteconomia, Geografia, Medicina, Educação Física, Odontologia, Engenharia, Comunicação social.

Como vemos as opções se concentram mais uma vez em cursos da área de humanas, no entanto alguns alunos também se candidataram para cursos das áreas de saúde e biológica e da área tecnológica.

Como podemos verificar a partir da investigação por nós realizada os índices de evasão entre os que se inscreveram naquele núcleo do PVNC em 2001, 2002 e 2003 são bastante elevados e sempre maiores que 50%. Seguindo esta tendência, o percentual daqueles que efetivamente realizam o vestibular também é muito baixo frente ao número dos que iniciam o pré-vestibular. Com tudo isto, os índices de aprovação em 2001, 2002 e 2003 para instituições públicas foram, no geral, de 6,92%; ou seja dos 260 alunos que começaram o pré-vestibular em março de 2001, em março de 2002 e em março de 2003, somente 18 conseguiram aprovação para universidades públicas.

Neste sentido, sem maiores generalizações, podemos afirmar que a eficácia deste núcleo do PVNC no que tange a inserção de alunos negros na universidade se mostra significativamente questionável, seja no que tange a quantidade de aprovados, seja no que tange aos cursos para os quais se dirigem os poucos aprovados.

Sem estabelecer generalizações indevidas a partir do caso estudado, podemos levantar a hipótese de que, na medida em que este núcleo opera através de procedimentos e padrões comuns ao conjunto do PVNC, o percentual efetivo de aprovação de alunos a cada concurso vestibular é ainda muito aquém da necessidade emergencial de aumentar o quantitativo de negros em todas as carreiras do ensino superior. Os dados apresentados mostram, portanto, que a política de cotas para negros no ensino superior público deve ser a alternativa utilizada para o combate a mais esta desigualdade que se configura entre a população negra e a população branca no Brasil.

Bibliografia

BRANDÃO, André Augusto. "Liberalismo, neoliberalismo e política social". Serviço Social e Sociedade, nº 41, 1991.

BOURDIEU, Pierre. Escritos de Educação. Petrópolis, Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. A Miséria do Mundo. Petrópolis, Vozes, 1998a.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. Ação afirmativa: princípio constitucional da igualdade: O direito como instrumento de transformação social. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2001.

HENRIQUES, Ricardo. “Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90.” IPEA, Textos para discussão N° 807, 2001.